

(e a cena segue até o fim da incelença, sempre intercalando a fala das personagens com a oração)

Creemos que raramente em nossa dramaturgia o folclore foi tão eficientemente aproveitado, em termos dramáticos, como nesta obra de Luís Marinho. E a cena transcrita é um dos mais punjentes momentos de envolvimento do público. A incelença é posta com tôda a sua plangência numa perspectiva de crítica, em que a platéia capta a alienação e o contraste da prática religiosa diante da ferocidade da ambição latifundiária. As palavras de fuga mística, de alto teor poético, tornam-se de um patético incalculável, se revestem de uma melancolia coletiva, uma lamentação de comunidade miserável diante do destino implacável que faz do senhor da terra o senhor dos fatos humanos.

Tanto pela riqueza de suas interpretações sociológicas, ora no sonho da vida melhor, ora nos castigos referidos às culpas bíblicas, como pela sua imensa categoria teatral, a prática das incelenças se nos apresenta como um dos dados de diagnóstico coletivo do mais alto valor. Sua contribuição folclórica, enquanto criatividade do inconsciente popular e fator de análise das ânsias de nossa gente, está esperando seu grande estudioso. Elas comprovam nossa capacidade de criar o belo, e nossa necessidade imperiosa de viver uma vida melhor.

Concepção da Reforma Universitária (*)

O Decreto que instituiu o Grupo de Trabalho atribuiu-lhe a missão de “estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País”. Os termos do decreto são bastante explícitos e definem um diagnóstico da presente crise universitária, nem mesmo traçar os delineamentos de uma reforma, e sim propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade.

Importa, no entanto, indicar a perspectiva em que se situou o Grupo de Trabalho na abordagem do problema, definir os princípios que inspiraram sua concepção da reforma universitária na fase atual de transformação da sociedade brasileira e determinar o alcance das soluções propostas.

Em primeiro lugar, não temos a veleidade de outorgar uma reforma plenamente elaborada, ainda que tivéssemos a convicção da excelência do modelo proposto. Estamos conscientes de que a reforma de uma obra de espírito como a Universidade, tão complexa em seu ser e suas operações e tão diversa em seus interesses e objetivos, não poderia consumir-se em esquemas de ação e de funcionamento que lhe sejam impostos. O objetivo do grupo não é, portanto, *fazer* a reforma

(*) Introdução ao Relatório do Grupo de Trabalho nomeado pelo Exmo. Senhor Presidente da República, em julho do ano passado, para fazer os estudos relativos à reforma da universidade brasileira. Esta introdução foi redigida pelo nosso diretor associado prof. Newton Sucupira, um dos integrantes do referido grupo.

universitária, mas induzirá-la, encaminhá-la sob duplo aspecto: de um lado, removendo óbices, eliminando pontos de estrangulamento que entravam a dinâmica universitária; doutra parte, proporcionando meios, dotando a instituição de instrumentos idôneos que possibilitem sua auto-realização na linha de uma conciliação difícil, mas necessária, entre o ensino de massa, de objetivos práticos e imediatos, e a missão permanente da Universidade que é a de constituir-se o centro criador de ciência e a expressão mais alta da cultura de um povo.

Se a Universidade há de realizar-se a partir de uma vontade e de um espírito que emanam de seu próprio ser, ela não constitui universo encerrado em si mesmo, capaz de se reformar por suas próprias forças. Como organização social do saber, depende da comunidade que a instituiu, do Estado que assegura sua extraordinária existência legal e a provê de recursos necessários à execução de suas tarefas. A Universidade não pode ser a única instância decisória de sua inserção na sociedade. O acesso ao ensino superior, o uso das habilitações profissionais que êle confere, o saber e a cultura que a Universidade produz, concernem o conjunto de toda a nação, a totalidade das instituições organizadas nos planos econômico, social, cultural e o próprio Estado. Ainda, em sua condição de verdadeiro "poder espiritual", a Universidade só poderá exercer, com eficácia, essa "magistratura do espírito" articulando-se, num sistema de influências recíprocas, com todos os outros poderes da cultura, incluindo também o Estado. Doutra forma, desenraizada do solo cultural que a nutre, ela se esteriliza, permanecendo à margem da realidade como instituição omissa e inútil. Por isso mesmo, a verdadeira reforma universitária se processa no entrelaço de uma tríplex dialética: relação entre o Estado e a Universidade, uma espécie de debate vertical; relação entre a Universidade e as múltiplas forças da comunidade, à maneira de um debate horizontal e, finalmente, no interior dela mesma, como revisão interna na dialética do mestre e do aluno. Esta reciprocidade de relações, êste tríplex diálogo, para falarmos a linguagem do tempo, é o processo válido de uma reforma legítima e fecunda, pois a Universidade atuante há de ser o lugar da con-

frontação e, ao mesmo tempo, da conciliação, também dialética, dos conflitos de gerações, de cultura que nela se produz e com a sociedade global; é não somente o lugar privilegiado da transmissão de uma herança cultural mas o instrumento de renovação e mudança. Sobretudo neste mundo que se transforma em ritmo vertiginoso, a Universidade, como expressão da racionalidade criadora e crítica, não pode aferrar-se a tradições que não correspondem a valores permanentes do espírito, mas deve estar voltada para plasmar o futuro.

Mas, justamente, porque a Universidade é o ponto de cruzamento de movimentos sociais e de cultura, agente necessário do desenvolvimento, e porque se acha integrada no sistema de forças de que o Estado deve ser o fator de equilíbrio e direção, sua reforma afeta ao poder público na medida em que se inclui na ordem dos interesses coletivos e do bem comum em geral. Nesta perspectiva, sem prejuízo da autonomia da Universidade, se justifica e, mesmo, se impõe a ação estimuladora e disciplinadora do Estado.

A crise atual da Universidade brasileira que sensibiliza os diferentes setores da sociedade não poderia deixar de exigir do Governo uma ação eficaz que enfrentasse, de imediato, o problema da reforma universitária que se tornou uma das urgências nacionais. O movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nêle implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva. A nação se encontra hoje seriamente atenta para o fato de que o ensino superior é investimento prioritário pela sua alta rentabilidade econômica, a longo prazo, e valorização dos recursos humanos. Por outro lado, cresce também o convencimento de que a educação universitária corresponde a uma exigência de formação da pessoa, acima de toda concepção puramente profissional ou mercantil da cultura. A erupção da crise, a eclosão desta consciência, tornaram inadiável a busca de uma solução, a curto e longo prazo, para os problemas da universidade. A criação do Grupo de Trabalho representa a resposta pronta e objetiva ao desafio de acometer

certos pontos críticos do sistema universitário. Será eficaz na medida em que marcar o início de um movimento renovador capaz de conduzir a universidade brasileira à posição de liderança cultural que lhe compete no processo de desenvolvimento do País.

O Grupo está do mesmo modo consciente de que a reforma universitária perde sentido se fôr dissociada do processo global das reformas sociais e de que, por conseguinte, há de ser concebida como dado da totalidade nacional. Mas dessa premissa válida não se pode inferir que o problema da universidade seja, antes de tudo, um problema político e que por isso a reforma deixe de ser tratada em seus aspectos técnicos específicos. Se estamos convencidos da necessidade de se efetuarem profundas mudanças em nossa estrutura sócio-econômica, entendemos que a Universidade deve ser, ao mesmo tempo, objeto e agente das reformas. Aliás, a consciência que nela se elabora, longe de ser mera consciência reflexa, termina por atuar dialéticamente sobre a sociedade de que faz parte. Se a Universidade é fator decisivo de desenvolvimento, como todos cremos, não teria sentido esperar que se consumassem as reformas sociais para então pensar em sua reforma. Esta tem de ser considerada não apenas em seus aspectos políticos, mas também em seus problemas estruturais, funcionais e técnico-pedagógicos. Isto não implica certamente uma reforma universitária em termos de pura eficiência instrumental.

Observa-se, ainda, que se o ensino universitário, para obedecer aos imperativos de bem comum, deve assumir funções em dado momento da história e numa situação concreta da cultura, importa, no entanto, permanecer fiel à sua missão própria. Doutra forma correrá o risco de tornar-se ineficaz até mesmo nestas funções suplementares. Em consequência, para que a Universidade Brasileira possa exercer plenamente sua influência sobre as demais esferas da vida cultural e sobre as estruturas da sociedade, como a situação atual exige, é indispensável que ela execute suas tarefas específicas com vigor e eficiência.

A análise crítica da universidade brasileira já tem sido

feita repetidas vezes e apontadas suas graves deficiências para que nos alonguemos neste tópico. Organizada à base das faculdades tradicionais, a Universidade, apesar de certos progressos, em substância ainda se revela inadequada para atender às necessidades do processo do desenvolvimento, que se intensificou na década dos 50, e se conserva inadaptada às mudanças sociais dêle decorrentes. Sem dúvida, a universidade brasileira já não é aquela instituição simplificada a oferecer as clássicas carreiras liberais. Neste último decênio, o ensino superior quase triplicou seus efetivos e apresenta um elenco de meia centena de cursos que conferem privilégios profissionais. A Universidade Brasileira é, hoje, vasto aglomerado de faculdades, institutos e serviços. Toda essa expansão, contudo, não obedeceu a planejamento racional, nem determinou a reorganização de seus quadros estruturais e de seus métodos de ensino. O crescimento se fez por simples multiplicação de unidades em vez de desdobramentos orgânicos; houve acréscimo de novos campos e atividades que foram progressivamente anexadas. Se o crescimento não foi apenas vegetativo, também não chegou a ser desenvolvimento orgânico que implica sempre mudança qualitativa e reorganização dinâmica, mas apenas justaposição de partes. A universidade se expandiu mas, em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entravar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação. Se apesar disso se fez pesquisa científica em certos setores, e se a universidade demonstrou alguma capacidade criadora em determinados ramos da tecnologia, podemos dizer que o sistema como um todo não está aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica. Por outro lado, mantendo a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais, faltou-lhe a flexibilidade necessária para oferecer produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho que se diferencia cada vez mais. A Universidade, em seu conjunto, revelou-se despreparada para acompanhar o extraordinário progresso da ciência moderna, inadequada para criar o *know-how* indispensável à expansão da indústria nacional e, enfim, defasada sócio-culturalmente porque não se identificou ao tempo social da mudança que caracteriza a realidade brasileira.

Nesta ordem de idéias a reforma há de ser primeiramente encaminhada em função do duplo papel que a universidade está chamada a desempenhar como pré-investimento no esforço de desenvolvimento do país. A idéia de desenvolvimento aqui esposada define o processo racional de construção da nova sociedade através da transformação global e qualitativa de suas estruturas, visando à promoção do homem na plenitude de suas dimensões. O desenvolvimento, como categoria de totalidade, embora tenha como suposto fundamento o progresso econômico, objetiva a realização de todos os valores humanos numa hierarquia de meios e fins. Dentro desta concepção integrada, situa-se a Universidade como um dos fatores essenciais.

Do primeiro ponto-de-vista, a reforma tem objetivos práticos e visa a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos. Para tanto impõe-se a metamorfose de uma instituição tradicional acadêmica e socialmente seletiva em centros de investigação científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão industrial brasileira. É também necessário ampliar seus quadros para absorver a legião de jovens que hoje a procura em busca de um saber eficaz que os habilite ao exercício das numerosas profissões técnicas próprias das sociedades industriais. Nesta dimensão a reforma está ligada sobretudo à compreensão de uma defasagem. Isto é, à superação do corte tradicional da universidade para sua adequação como lugar de produção da tecnologia, indispensável a uma sociedade que vive o momento crítico de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o Grupo propõe uma série de medidas concretas, em termos de incentivos fiscais, com o fim de estimular a indústria a transferir para a própria universidade a criação do *know-how* através da pesquisa tecnológica.

Mas o Grupo não se limitou a conceber a reforma sob esse aspecto puramente tecnológico. Sem dúvida, num mundo em que a vida humana está tão profundamente centrada na ciência e na tecnologia, a universidade tem de preparar os ci-

entistas e técnicos de que necessita a comunidade para responder ao desafio do desenvolvimento. Contudo, se a universidade não pode ser o refúgio de puros intelectuais desenraizados ou de um saber sem compromissos, divorciada da realidade prática, tampouco poderá ser reduzida a uma agência provedora de técnicos. Se a reforma se referisse apenas à adequação técnica do ensino superior às necessidades econômicas não encerraria nenhuma mensagem autêntica às novas gerações. Há, portanto, que levar em conta as legítimas aspirações culturais de uma juventude que procura situar-se no mundo moderno e compreender o sentido de seu momento histórico.

Por isso mesmo, o Grupo vê a Universidade como o lugar onde a cultura de um povo e de uma época tende a atingir a plenitude de sua autoconsciência. Assim, é uma das finalidades essenciais promover a integração do homem em sua circunstância histórica, proporcionando-lhe as categorias necessárias à compreensão e à crítica de seu processo cultural. Vista sob essa luz, a reforma tem por objetivo elevar a universidade ao plano da racionalidade crítica e criadora, tornando-se a instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento. É a etapa em que a universidade transcende o momento da instrumentalidade para afirmar-se em sua grandiosidade criadora e assumir o papel de liderança espiritual. Nesta perspectiva, a universidade se realiza na complexidade de suas funções, integrando o saber em suas várias formas, operando a síntese da praxis e da teoria, e não apenas atuando como instrumento de crescimento econômico, mas contribuindo para o desenvolvimento total do homem.

Assim concebida em suas múltiplas dimensões a reforma da Universidade brasileira há de ser o produto das próprias transformações sócio-culturais do País. As condições geradas pelo desenvolvimento começam a exercer pressão sobre a instituição universitária, obrigando-a a tomar consciência crítica de si mesma, a reformular seus objetivos, a repensar seus métodos de ação e a dinamizar suas estruturas para ajustar-se ao processo social em curso. A crise que hoje atravessa a Universidade, a contestação de que ela é objeto fora e dentro dela mesma, o sentimento generalizado de frustração no meio uni-

versitário, revelam o amadurecimento da consciência nacional para a implantação das reformas desde há muito reclamadas.

A ação do Grupo de Trabalho se insere nesse contexto como dispositivo que tende a impulsionar o movimento de reformas, oferecendo respostas concretas a necessidades urgentes do sistema universitário. Estas necessidades, na opinião geral dos que meditam o problema do ensino superior, correspondem às seguintes áreas: forma jurídica, administração e estrutura da Universidade; organização dos cursos e currículos e articulação com a escola média; formação, carreira, regime de trabalho e remuneração do corpo docente; participação do estudante na vida universitária e na administração da instituição; criação de uma superestrutura destinada à pesquisa avançada e formação do professorado; expansão de ensino superior; recursos para a educação e mecanismo de financiamento da Universidade.

Resenhas

LABASSE, JEAN — L'Organization de l'Espace. Elements de Géographie Volontaire. Hermans. Paris, 1967.

Trata-se de um volumoso livro de 605 páginas em que o Prof. Labasse, autor de vários estudos de geografia regional, analisa as modernas tendências de planificação e da utilização do espaço. Assunto que vem preocupando muito aos geógrafos, aos economistas, aos historiadores e aos administradores atuais. A primeira parte é dedicada ao estudo da projeção no espaço, do progresso econômico e técnico; a segunda aborda os principais temas de planificação espacial como a dominante hidráulica, a organização agrícola, a organização da rede de transportes, a industrialização e sua distribuição espacial, o crescimento urbano e as estruturas urbanas. A parte seguinte é dedicada à política do espaço, onde estuda, entre outras coisas, as tensões regionais e os problemas de regionalização e as tensões cidade-campo. Passa em seguida à análise da política espacial de diversos países como os Estados Unidos, a União Soviética, os países da Europa Ocidental e a Itália.

Trata-se, assim, de livro indispensável ao técnico engajado na luta contra o sub-desenvolvimento que trabalha em agências de desenvolvimento federais ou estaduais, assim como a estudantes e professores de geografia, de economia, de sociologia e de administração. A experiência de Labasse como geógrafo, como professor universitário, como banqueiro e como acessor de organizações governamentais tem uma importância fundamental em uma hora como a que vivemos, quando os planejadores estão procurando realizar uma integração entre as teorias econômicas e a realidade espacial onde elas devem ser aplicadas. Trata-se, dêsse modo, de um livro que deveria ser traduzido para o português a fim de que se tornasse leitura cotidiana dos técnicos que trabalham em uma região subdesenvolvida como o Nordeste. — *Manuel Correia de Andrade.*

CHILCOTE, RONALD H. — Portuguese Africa. Prantice-Hall, Inc — Englewood Clipp, New Jersey — Estados Unidos 149 págs. 1967.

O Prof. Ronald H. Chilcote, especialista em Ciência Política e profundo conhecedor dos países de língua portuguesa, nos dá neste livro uma visão de síntese da África Portuguesa estudando as estruturas sociais na mesma existentes, e os problemas políticos delas decorrentes. Os três primeiros capítulos são dedicados à expansão portuguesa na África e à consolidação do sistema colonial, à análise da ação das forças internacionais e às mudanças que ora ocorrem no continente negro e ao problema bem atual do choque entre o nacionalismo português e o nacionalismo africano. A leitura destes capítulos indica o sistema de exploração dos recursos naturais das colônias africanas e das populações africanas, em benefício das companhias portuguesas. Nos capítulos quatro, cinco e seis são estudadas as três principais colônias lusas na África: a Angola, a Guiné e o Moçambique. Quanto ao capítulo quarto, estuda a conquista e a dominação portuguesa em Angola até a rebelião nacionalista de 1960; quanto ao quinto capítulo, dedicado às pequenas colônias da Guiné Portuguesa, do arquipélago de Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe, faz o autor uma prospecção histórica, passando a analisar os aspectos etnográficos e a estagnação econômica que ora as atinge. Faz uma análise semelhante no capítulo sexto